



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

APONTAMENTOS SOBRE OS NEGROS EM MEIA PONTE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

João Guilherme da Trindade Curado*

1

Desde a gênese da ocupação oficial do Brasil, o poder eclesiástico, representado institucionalmente pela Igreja Católica, detinha grande poder devido à política do Padroado Régio — então vigente nas duas potências europeias da época: Portugal e Espanha —, a qual embarcou nas naus que se destinaram às Américas, seguindo o objetivo de “dilatar a fé e o império”.

Em meio a tantas outras iniciativas, “os oficiais dos navios portugueses procuravam utilizar as comemorações dos santos como forma de exercerem controle social sobre a tripulação” (RAMOS, 2001, p. 911). Com tal objetivo, esses oficiais

insistiram para que os religiosos embarcados, mesmo quando a situação se mostrava absolutamente “calma”, não deixassem “nunca” de praticar “os exercícios da devoção, e Ofícios Divinos”, bem como não perdiam a oportunidade de festejar a bordo “os dias dos Santos” (RAMOS, 2001, p. 913).

Os dados acerca da ocorrência de festividades foram encontrados em diários de bordo de algumas das embarcações, contudo os detalhes, como a composição das

* Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Professor temporário da Universidade Estadual de Goiás e integrante do Grupo de Pesquisa Saberes e Sabores Goianos. E-mail: joaoguilherme@hotmail.com

procissões a bordo, segundo relatou Ramos (2001), foram registrados por religiosos que realizaram apontamentos durante a transposição do Atlântico e que narraram, por exemplo, que, na hierarquia da composição dos préstitos religiosos, destinava-se à cruz o primeiro plano e, por último, os trabalhadores, separados da oficialidade e das pessoas de “bem”.

Após a ocupação do Nordeste e o declínio da “empresa açucareira”, a expansão e a ocupação brasileira deram-se por terra, seguindo os leitos de pequenos e grandes mananciais a partir da região Sudeste, sendo que “a primeira notícia documentada da descoberta do ouro em Minas Gerais remonta ao ano de 1693” (FIGUEIREDO, 2011, p. 117). A partir daquele fato documentado, iniciou-se a constituição de uma política de ocupação por meio das Bandeiras e, posteriormente, da concessão de datas auríferas, uma vez que, ainda de acordo com Figueiredo, “o metal precioso era encontrado nas margens e nos leitos dos rios, nas encostas dos morros e até à flor da terra. Era cutucar o chão, batear ou cavoucar o cascalho e o ouro ‘faiscava’” (2011, p. 131). Mas, para o trabalho, era necessário mão de obra e foi a partir dessas constatações e achados que se intensificou o tráfico de escravos da África para o interior do Brasil.

2

OCUPAÇÃO OFICIAL DE GOIÁS

Com a abundância de ouro encontrado em Minas Gerais, houve incentivo para a prospecção em áreas limítrofes, o que auxiliou a chegada de aventureiros mineradores às regiões correspondentes aos antigos territórios de Goiás e de Mato Grosso. De acordo com alguns estudiosos, a penetração em Goiás efetivou-se por expedições paulistas e amazônicas, correspondendo, respectivamente, com as Bandeiras e as Entradas.

Consoante relatos da primeira Bandeira oficial destinada às Minas dos Goyazes, ela contava com trinta cavalos e “dois religiosos bentos, Dr. Antônio da Conceição e Frei Luiz de Sant’Ana, um franciscano, Frei Cosme de Santo Andre” (PALACÍN, 1994, p. 21), dentre outros. Na composição, havia índios e negros, além de armas e demais cargas necessárias.

A presença da cruz continha pelo menos duas representações simbólicas: instrumento impulsionador de coragem via devoção e a propagação da fé que justificava

até mesmo inevitáveis embates com os silvícolas. No entanto, a presença da Igreja, manifestada pelos religiosos, tinha, outrossim, a função de coibir, em certo ponto, os contrabandos do ouro. Mas foram igualmente tais religiosos que escreveram, no transcurso desses caminhos, relatos importantes.

As capelas consistiram em outra significativa contribuição dos negros, erguidas por eles nos centros mineratórios e as quais acabaram por delimitar os traçados urbanos de inúmeros arraiais. Consequentemente, “o surgimento das paróquias na capitania de Goiás teve sua origem nas capelas dos povoados que foram crescendo com a mineração. A corrida do ouro favoreceu o rápido povoamento da região e formou muitos povoados e vilas, exigindo, da parte da Igreja, uma atenção especial” (CASTRO, 2006, p.133).

A mencionada atenção dava-se do mesmo modo que nos navios supracitados: com o intento de controle social, partindo das 27 matrizes e 44 capelas espalhadas pela Capitania de Goiás em 1783 conforme documento exposto por Palacín, Garcia e Amado (1995, p. 174-175). Naqueles estabelecimentos, eram realizadas internamente as primeiras escritas sobre as dinâmicas locais por intermédio de livros de registros de batismos, de casamentos e também de óbitos, documentos a partir dos quais se pode escrever a história, uma vez que eles tornam possível ver, sentir e narrar alguns acontecimentos de tempos pretéritos.

As ocupações oficiais às margens dos cursos de água em Goiás sucederam-se durante o século XVIII e foram divididas em três zonas de povoamento por Palacín e Moraes (2008): “centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) — principal centro de comunicações —, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos” (2008, p. 23-24). A segunda abarcava a “região do Tocantins”, com Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém e a terceira continha o “verdadeiro norte da capitania”, com Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional) (PALACÍN, MORAES, 2008, p. 24).

As fontes documentais sobre as primeiras décadas do século XVIII em Goiás nos remetem aos registros de capitação realizada em 1736 que apontam que “já havia nas minas de Goiás 10.263 escravos negros” (PALACÍN, MORAES, 2008, p. 23).

NEGROS EM MEIA PONTE

As terras dispostas ao longo das margens do denominado Rio das Almas, cuja nascente encontra-se nos Pireneus, foram ocupadas oficialmente por Manuel Rodrigues Tomar, em outubro de 1727, daí a primeira denominação: Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. Rodrigues Tomar fazia parte do braço da Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, que, anteriormente, chegara às margens do Rio Vermelho na antiga Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade.

O processo de povoamento e urbanização de Meia Ponte aconteceu a partir dos achados de ouro às margens sul do Rio das Almas, pois, obedecendo aos padrões coloniais dos descobrimentos auríferos, construiu-se uma igreja na parte superior em relação ao curso de água, sendo a edificação religiosa da Matriz o epicentro das demais moradias e comércios que foram surgindo, delimitando, assim, as principais vias públicas, as quais conduziam a caminhos que levavam a outros arraiais e vilas.

Como o trabalho braçal não era bem visto pelos brancos, a necessidade de erigirem-se construções e mesmo desenvolver-se o trabalho de mineração do ouro, o qual exigiu muita mão de obra, fez com que o comércio de escravos se intensificasse, consumindo-se não só os negros que viviam até então na região Nordeste e oriundos da quase falida “empresa açucareira”, mas, devido à grande demanda, também o tráfico proveniente da África, o qual aumentou proporcionalmente aos lucros de alguns grupos que dominavam semelhantes rotas.

A origem dos escravos trazidos para Goiás segue as observações apontadas por Loiola, de que, “no século XVIII, a Bahia comandava intenso tráfico de escravos oriundos da Costa da Mina, embarcados em diversos portos: Grande Popó, Ajudá, Jaquim e Apá”, o que gerou descontentamento na Coroa Portuguesa e acabou por declinar, “ao passo que houve um fortalecimento comercial entre o Rio de Janeiro e o Porto de Luanda” (LOIOLA, 2009, p. 24).

Contudo vale ressaltar que “o contrabando campeava. Em 1732, um comboio vindo da Bahia chega ilegalmente em Meia Ponte, com alguns escravos e gado” conforme expôs Salles (1992, p. 229). O contrabando de escravos, gado e ouro era uma

constante e acontecia das mais variadas maneiras possíveis na tentativa de enganar-se a vigilância e burlar-se o pagamento das taxas devidas. A título de exemplo, o ouro era transportado até mesmo clandestinamente dentro de imagens sacras, conhecidas como “santo do pau oco”.

Buscando fontes e perspectivas de pesquisas sobre a escravidão em Goiás, deparamo-nos com o primeiro livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, que compreende os anos de 1732 a 1747, cujos registros informam sobre data, nome, condição social e gênero a que pertenciam os batizados. A partir de tais informações, elaborou-se um possível quadro social que integraria os primeiros indivíduos que receberam os sacramentos batismais pelo Padre José Frias e Vasconcelos e/ou pelo coadjutor Padre Francisco Xavier, primeiros representantes oficiais da Igreja, que contavam com o poder de celebrar e de realizar assentamentos dos atos religiosos ocorridos naquela localidade em livros específicos.

Relação dos primeiros documentos de batismos realizados em Meia Ponte

Nº do Registro Batismo	Data	Nome	Sexo	Condição social
1	2/3/1732	Franco	Masculino	Filho legítimo
2	29/3/1732	Bento	Masculino	Filho legítimo
3	31/3/1732	Salvador	Masculino	Escravo adulto
4	2/4/1732	Ignácio	Masculino	Filho legítimo
5	14/4/1732	(Danificado)	Masculino	Escravo adulto
6	14/4/1732	Domingos	Masculino	Escravo
7	14/4/1732	Francisco	Masculino	Escravo adulto
8	14/4/1732	Joseph	Masculino	Escravo adulto
9	15/4/1732	(Danificado)	Masculino	Escravo adulto
10	17/4/1732	Josephha	Feminino	Filha de escrava

Fonte: Livro de Batizados. Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. 1732-1747, p.1-2.

Os dados apontam para uma predominância masculina sobre a feminina, assim como para a grande quantidade de batizados de escravos adultos, uma prática comum à época. Outra denúncia que provém dos documentos é a diferenciação entre “filho legítimo”, “escravo” e “filha de escrava”. No primeiro caso, significa que o filho era de um casal constituído segundo os mandamentos da Igreja; no segundo, que os pais eram escravos e, no último, que a criança era fruto de mãe escrava com um branco.

Relacionando as datas dos batizados com o calendário¹, verificou-se ainda que não havia a destinação apenas dos domingos para os filhos legítimos que tinham recebido os óleos desse primeiro sacramento — respectivamente, de acordo com os dados esboçados acima —, pois ocorreram também no sábado e na quarta-feira enquanto a maioria dos escravos foram à pia batismal na segunda-feira, porém há registros que remetem à terça e à quinta-feira.

O pequeno intervalo temporal relacionado aos momentos iniciais de povoamento de Meia Ponte indica não só novos nascimentos, mas igualmente a chegada de famílias paulistas e portuguesas, em sua maioria (JAYME, 1973), assim como significativa quantidade de nova mão de obra para os afazeres do ouro, como indica o termo “escravo adulto” recorrente na metade dos primeiros registros expostos acima.

As constituições familiares em Meia Ponte demonstram as misturas entre brancos e negros de forma intensa, mas existia “uma divisão nítida englobando os negros: há os Pina brancos e os Pina negros; assim se dá com os Jayme, Mendonça e inúmeros outros troncos familiares” (LÔBO; CURADO, 2009, p. 4).

Aos negros foi destinada a parte norte de Meia Ponte, antes do Rio das Almas, aliás, foi naquelas imediações que eles construíram a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, uma vez que tinham acesso restrito à Igreja Matriz destinada à padroeira local: Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja do Rosário dos Pretos, como ficou conhecida, foi edificada entre os anos de 1743 e 1757 (JAYME, 1971, p. 529 e JAYME; JAIME, 2002, p. 46). A construção, de acordo com os referidos autores, muito se assemelhava à Igreja Matriz. A

¹ Uma vez que os registros paroquiais não indicavam os dias da semana, o calendário consultado foi o disponibilizado pelo site: www.calendar-agenda.com

capacidade artística e arquitetônica dos negros podia ser verificada ainda na descrição acerca dos elementos artísticos da Igreja dos Pretos:

dotaram a Capela de imagens belíssimas, em talha de madeira, para as quais construíram altares suntuosos, artisticamente cinzelados, de custosa arquitetura e capazes de deslumbrar os olhos mais exigentes. E mais ainda: altares que superassem, em arte e formosura, os das demais igrejas meiapontenses, altares que atestassem, eloquentemente, a habilidade artesanal de marceneiros e entalhadores daqueles tempos (JAYME; JAIME, 2002, p. 46).

Além da igreja, os negros, em Meia Ponte, possuíam também uma irmandade, uma das mais antigas de Goiás, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, cujo documento de pedido de confirmação data de 1758.

Era no interior e no adro da Igreja dos Pretos que os negros praticavam sua religiosidade, promoviam suas festas (LÔBO, 2006) e construíram suas moradias, que se destacavam das demais edificações que seguiam o trecho próximo à Matriz onde moravam as pessoas mais abastadas e, conseqüentemente, senhores de escravos.

Seguindo a tendência e o estilo arquitetônico colonial em que predomina a utilização de elementos como madeira, pedra e barro, os negros foram construindo as unidades que compunham a área nuclear da então Meia Ponte, inclusive com os prédios públicos e as igrejas, recebendo estas uma significativa ornamentação. Tais construções são registros visíveis do trabalho escravo da Meia Ponte do século XVIII.

Nesse período, conforme expõe Salles (1992), mesmo concomitantemente à mineração, o comércio em Meia Ponte demonstrava-se próspero, já que, em 1741, havia 45 estabelecimentos comerciais e, entre 1748 e 1749, o número saltou para 52 casas comerciais (1992, p. 112 e 113). Esses dados mostram a diversidade das atividades, prática pouco comum nos locais de mineração, mormente no período de intensa produção aurífera. A explicação para tal fato ocorre em virtude da localização geográfica de Meia Ponte, por onde passavam as estradas que entrecruzavam as regiões brasileiras. Logo, os negros em Meia Ponte, ao que tudo indica, tinham outras tarefas a desenvolver além da mineração.

Com a queda da produção aurífera em Goiás, a agricultura sofreu impulso expressivo, sendo que, em 1796, Meia Ponte contava com 702 sítios de lavoura, ou seja,

59% desses estabelecimentos existentes no sul da Província de Goiás (SALLES, 1992, p. 255).

As nações africanas mais recorrentes em Meia Ponte no século XVIII foram as de negros Mina, enquanto que, no século seguinte, predominaram os Angola, consoante pesquisa realizada em livros de registros de óbitos de Meia Ponte entre os anos de 1760 e 1810 por Loiola (2009). Aliás, Nagô, Cabo Verde, Luda, Cobu, Gentio da Guiné, Benguela, Congo, Monjolo e Manseogena eram outras nações que se faziam presentes na antiga Meia Ponte (LOIOLA, 2009, p. 76).

Sobre as transformações econômicas havidas na transição para o século XIX, assim como a composição social das primeiras décadas daquela centúria, os viajantes europeus aduzem interessantes e eurocêntricas perspectivas de interpretações acerca de Meia Ponte, onde a população, “segundo lista oficial do ano de 8012, era de 6.209 almas”, assim compreendida:

	Homens	Mulheres
Branco casados	124	120
Branco solteiros	462	562
Negro casados	57	40
Negro solteiros	384	364
Mulato casados	184	200
Mulato solteiros	734	796
Escravos	1356	926
Soma	3201	3008
Total		6209

Fonte: adaptado de Pohl, 1976, p. 117.

O autor aborda o histórico das atividades econômicas locais, quando “os habitantes viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de experimentados cultivadores de milho, mandioca, fumo, cana-de-açúcar, café e algodão” (POHL, 1976, p. 117). Essa alteração das funções lucrativas ocorreu pelo Brasil afora e foi registrada por outro viajante já no século XX: “pelos fins do século

XVIII, os mineradores desertaram dos leitos dos rios, que se mostravam esgotados, e as galerias das montanhas foram abandonadas em benefício da enxada do agricultor” (BASTIDE, 1975, p. 122).

Em 1819, a visita a uma propriedade rural possibilitou ao botânico francês, Saint-Hilaire, traçar um panorama do cotidiano negro em uma fazenda goiana, a qual denominou de “modelo”:

as regras estabelecidas por Joaquim Alves [o proprietário] quanto ao tratamento dado aos escravos consistiam em mantê-los bem alimentados e vestidos decentemente, em cuidar deles adequadamente quando adoeciam e em jamais os deixar ociosos. Todo ano ele promovia o casamento de alguns, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os filhos já podiam dispensar os seus cuidados. As crianças eram então confiadas a uma só mulher, que zelava por todas. Uma sábia precaução fora tomada para evitar, tanto quanto possível, as ciumadas e as brigas: os quartos dos solteiros ficavam situados a uma boa distância dos alojamentos dos casados (1975, p. 98-99).

A benevolência pode ser interpretada também como o endurecimento das regras que controlavam o tráfico de escravos para o Brasil e de inúmeras legislações escravocratas existentes em outros países, o que acabava por encarecer ainda mais os preços dos negros. Todavia a população goiana foi, durante muito tempo, majoritariamente negra: em 1804, “os escravos representavam 41% da população” (PALACÍN, 1994, p. 30). Enquanto isso, no Centro-Oeste, em 1819, a população escrava era 40,7% do total, número reduzido para 7,8% em 1872 (SKIDMORE, 2012, p. 84), o que denotava a pouca aplicabilidade efetiva da Lei Áurea em terras goianas.

São poucos os estudos realizados sobre os negros em Pirenópolis, a antiga Meia Ponte, o que talvez advenha do fato de que as alforrias eram uma constante, tão comuns quanto as constituições familiares de brancos com negros (escravos ou não) e quanto a eleição, em testamentos, de negros como principais herdeiros.

As junções e constituições familiares, entretanto, não apagaram traços do racismo evidente, o que se notou, por exemplo, na autorização de destruição da Igreja dos Pretos na mesma década em que a Matriz foi reconhecida como patrimônio nacional ou na recente alteração arquitetônica que vem sofrendo o antigo Largo do Rosário dos Pretos — local destinado à moradia dos negros que se dedicavam à mineração no século XVIII, como demonstrou estudo sobre as casas de Pirenópolis (JAYME; JAIME, 2002).

A Lei Áurea, contudo, parece não ter surtido muito efeito entre os meiapontenses, posto que, ao que tudo indica, não houve repercussão negativa ante a libertação oficial, cuja notícia chegou à Câmara Municipal com quase quatro meses de atraso, conforme ata transcrita por Jayme (1971, p. 339):

Sessão extr. da câmara municipal, em 5 de setembro de 1888.

“Presidencia do Snr. Jayme.

Tomando o Snr. Presidente a palavra, declarou que convocou esta sessão extraordinária para comunicar aos seus colegas a alegria que hoje se apodera de todos os brasileiros pela promulgação da aurea lei numero 3.353, de 13 de Maio do corrente anno, que extinguiu no Brazil a nefasta instituição que ha mais de dois seculos nos abatia deante das nações cultas — a escravidão. Propoz que se lançasse em acta um voto de louvor á magnânima Princeza Imperial Regente, ao benemerito Gabinete de 10 de Março e á Assembléa Geral e que a Câmara se dirigisse ao Presidente da Provincia, congratulando-se com S. Excia. Por tão auspicioso acontecimento.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10

BASTIDE, Roger. Brasil: terras de contrastes. 6. ed. Trad. Maria Isaura de Queiroz. São Paulo: Difel, 1975. 282p.

CALENDÁRIO DE 1732. In: <<http://www.calendar-agenda.com/>> (acesso em vários dias de junho/2012).

CASTRO, José Luiz de. A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824). Goiânia: Ed. UCG, 2006. 236p.

FIGUEIREDO, Lucas. Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810) - a cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2011. 387p.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MEIA PONTE. Livro de Batismo:1732-1747. Pirenópolis: 100f (Manuscrito).

_____. Livro de óbitos: 1835-1850. Pirenópolis: 100f (Manuscrito).

JAYME, Jarbas. Famílias Pirenopolinas. Goiânia: UFG, 1973. (Cinco volumes).

JAYME, Jarbas; JAIME, José Sisenando. Casas de Pirenópolis. Goiânia: UCG, 2002. (Dois volumes).

LÔBO, Tereza Caroline. A singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis/Goiás. Goiânia: IESA/UFG, 2006. 152f. (Mestrado em Geografia).

LÔBO, Tereza Caroline; CURADO, João Guilherme. 2009. A espacialidade do negro em Pirenópolis – Goiás. In: Anais do Seminário Nacional sobre Geografia e relações étnico-raciais: campos de pesquisa e perspectivas de ensino. Goiânia: LaGente/IESA/UFG: 1-5p.

LOIOLA, Maria Lemke. Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: UFG, 2009. 152p.

PALACÍN, Luis. O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994. 150p.

PALACÍN, Luis, GARCIA, Ledonias Franco, AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos: Colônia. Goiânia: UFG, 1995.222p.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás (1722-1972) 7. ed. Goiânia: Ed. UCG/Ed. Vieira, 2008. 184p.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1976. 417p.

RAMOS, Fábio Pestana. O festejo dos santos a bordo das embarcações portuguesas dos séculos XVI e XVII: sociabilização ou controle social? In: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (Orgs.). Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Nacional, 2001. pp. 905-915.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à província de Goiás. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975. 158p.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992. 371p.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1879-1930). Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012. 393p.